

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	5
NOTA À SEXTA EDIÇÃO	19
PREFÁCIO	21
Capítulo I	
CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	27
1. Constituição e Constitucionalismo.....	27
2. A supremacia da Constituição e o caráter vinculante e imperativo das normas constitucionais.....	32
3. A unidade normativa da Constituição.....	39
Capítulo II	
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	41
1. Considerações iniciais.....	41
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do Controle de Constitucionalidade.....	42
2.1 Conceito.....	42
2.2. Pressupostos.....	43
2.2.1. A Constituição formal.....	43
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema.....	43
2.2.3 A previsão de um órgão competente.....	45
2.3. O Controle Judicial de Constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito. Breves anotações.....	45
Capítulo III	
ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	67
1. O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case William Marbury v. James Madison</i>	69
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen.....	81
3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008.....	91
3.1 O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional.....	92

3.1.1	Composição do Conselho Constitucional	93
3.1.2	Competência do Conselho Constitucional	94
3.2	O Controle Preventivo de Constitucionalidade	94
3.3	O Controle Repressivo de Constitucionalidade e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC).....	96
3.4	Considerações finais	99
4.	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	100
4.1.	A Constituição de 1824	100
4.2.	A Constituição de 1891	101
4.3.	A Constituição de 1934	103
4.4.	A Constituição de 1937	103
4.5.	A Constituição de 1946	104
4.6.	A Constituição de 1967/69	105
4.7.	A Constituição de 1988	106

Capítulo IV

MODELOS DE CONTROLE

DE CONSTITUCIONALIDADE	109
1. Quanto ao parâmetro do controle	109
2. Quanto ao objeto do controle	110
3. Quanto ao momento da realização do controle	111
4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle.....	112
5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	114
6. Quanto ao modo de manifestação do controle	115
7. Quanto à finalidade do controle	117

Capítulo V

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	119
2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	120
2.1. A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	122
2.2. O mandado de segurança como instrumento, de controle difuso-incidental de constitucionalidade	123
2.3. A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	124
2.4. O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	134
2.4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto	134
2.4.2. Objeto	143
2.4.3. Legitimidade ativa.....	143
2.4.4. Legitimidade passiva.....	144

SUMÁRIO

2.4.5. Competência.....	146
2.4.6. Decisão e seus efeitos.....	147
3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	162
4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	163
5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	166
6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	168
7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	171

Capítulo VI

CONTROLE CONCENTRADO

DE CONSTITUCIONALIDADE	183
1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	183
2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade.....	184
3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: As Ações Diretas.....	192
4. A intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de constitucionalidade – a intervenção do particular, do co-legitimado e do “amicus curiae” na ADI, ADC e ADPF.....	196
4.1. A intervenção do particular.....	197
4.2. A intervenção do co-legitimado.....	199
4.3. A intervenção do “amicus curiae”.....	202

Capítulo VII

AÇÃO DIRETA

DE INCONSTITUCIONALIDADE	209
1. Origem, conceito e finalidade.....	209
2. Legitimidade <i>ad causam</i>	210
3. Competência.....	216
4. Parâmetro e objeto.....	220
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	233
6. Decisão e efeitos.....	236

Capítulo VIII

AÇÃO DIRETA

DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	249
1. Origem e generalidades.....	249
2. Natureza, finalidade e procedimento.....	250
2.1. Possibilidade de medida cautelar.....	253

3. Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	254
4. Parâmetro e objeto.....	255
4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características.....	255
4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	259
4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades.....	260
4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial.....	260
4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material.....	266
4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa	266
4.4. As omissões controláveis	267
4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado.....	268
4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988	271
5. Decisão e seus efeitos.....	276
6. Distinções entre a “ação direta de inconstitucionalidade por omissão” e o “mandado de injunção”	284

Capítulo IX

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA).....

1. Origem, conceito e finalidade.....	287
2. Legitimidade <i>ad causam</i>	290
3. Competência.....	291
4. Parâmetro e objeto.....	291
5. Procedimento. A LEI Nº 12.562/2011	293
6. Da medida liminar.....	295
7. Decisão e efeitos.....	296

Capítulo X

AÇÃO DECLARATÓRIA

DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Origem, conceito e finalidade.....	299
2. Legitimidade <i>ad causam</i>	300
3. Competência.....	301
4. Parâmetro e objeto.....	302
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	302
6. Decisão e efeitos.....	304

Capítulo XI

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO

DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....

1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	307
2. A parametricidade da argüição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais	314
3. Conceito de “descumprimento” na argüição	319
4. Modalidades da argüição de descumprimento	320

SUMÁRIO

5. Argüição direta ou autônoma	322
5.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	322
5.2. Competência	328
5.3. Procedimento. A Lei 9.882/99	329
5.4. Medida liminar	332
5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis	333
5.5.1. Atos normativos	335
5.5.2. Atos não normativos	336
5.5.3. Atos municipais	338
5.5.4. Atos anteriores à Constituição	339
5.5.5. Atos políticos	341
5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais	343
5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	345
5.6. Decisão e seus efeitos	347
6. Argüição incidental	352
6.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	356
6.2. Objeto	358
6.3. Controvérsia constitucional relevante	359
7. O caráter subsidiário da argüição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99	361
8. A argüição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do poder público	369
Capítulo XII	
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
NOS ESTADOS-MEMBROS	375
1. Considerações gerais	375
2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados	375 ^o
3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	380
BIBLIOGRAFIA	385